

**IESA Tecnologia e Transportes S/A. – em  
Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrativo do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Senhores Acionistas.**

A Administração da IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A.– Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

**Mensagem da Diretoria**

Preliminarmente vale destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos decorreram principalmente da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva.

Temos grandes expectativas para o exercício de 2025 cujo um dos principais objetivos é a conclusão do plano de pagamento das dívidas concursais e renegociação das dívidas extraconcursais e, a partir disso aceleramos nossas atividades comerciais com uma carteira de pedidos sólida e de médio e longo prazo.

Tudo isso decorre da real possibilidade da infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Portanto, 2024 foi um ano em que sedimentamos o caminho para o efetivo soerguimento da Companhia haja visto haverem negociações de ativos em andamento que nos permitirão alcançar os objetivos traçados nos últimos anos.

Conseguimos concluir nosso recadastro junto à Petrobras, o que nos permitirá a participação em projetos EPC, os quais estamos trabalhando na consolidação de parcerias que nos permitam ser competitivos nesse mercado.

Vamos dedicar nossos esforços nos mercados *core* tradicionais da Companhia, como Óleo e Gás e Energia, sem, contudo, deixar de buscar oportunidades em novos mercados e novas tecnologias que sempre marcaram a trajetória do Grupo Inepar.

Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Acreditamos que a aprovação poderá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2025.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A integra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, [www.inepar.com.br](http://www.inepar.com.br) na área de relação com investidores, publicações e documentos.

Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial para nossas instalações.

**1) Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial**

- Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento pelo Grupo Inepar/Iesa de R\$ 720,7 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de outubro/25;
- Leilão de venda das UPI's IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US\$ 153 milhões, sendo que até o momento não foi concluída a operação.
- Utilização da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/Iesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;
- Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu efetuar o recadastro junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso soerguimento;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2025, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.  
A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalem nessas Zonas, gerando pelo Brasil um grande número de ZPE's. Estados

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Unidos e China são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

### **2) Desempenho do Exercício de 2024**

#### **Fontes de receita**

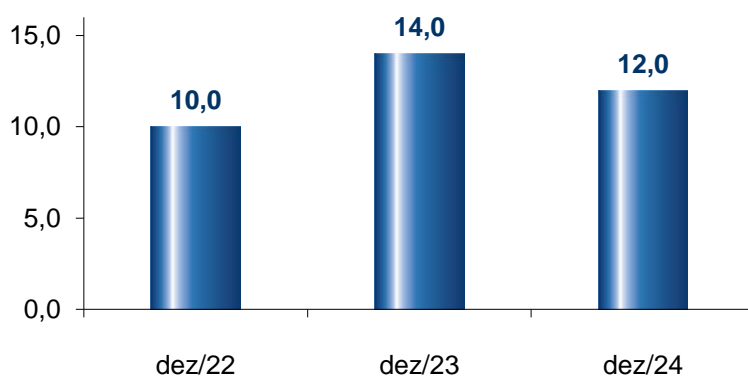
As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás e Metroferroviário, entre outros. A Companhia não reportou receita bruta em 2024, tendo em vista que as vendas e a fabricação estão concentrados nas empresas IESA Projetos e Enisa Inovação e Infraestrutura S/A.

#### **Resultado Econômico**

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 1,7 milhões, enquanto no mesmo período de 2023 foi apurado um prejuízo de R\$ 674 mil. O prejuízo acumulado em 2024 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado das despesas administrativas

A carteira de pedidos das coligadas Enisa e IESA, apresentam uma estabilidade de valores em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:

**Saldo em Carteira em 2022/2023 e 2024**  
milhares de R\$



#### **Evolução do Plano de Recuperação Judicial**

Em 07 de novembro de 2022, o Grupo Inepar/Iesa, apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial, porém estamos aguardando a homologação da decisão.

**Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG**

A EUROINVEST CO (UK) LTD, empresa estrangeira, de direito privado, e registrada no Reino Unido, com sede em Londres, peticionou nos autos da RJ para apresentar proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG no valor equivalente em reais de US\$ 153 milhões de dolares, Até esta data não foi concluída esta operação.

**Da Continuidade das operações**

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas do Grupo Inepar/Iesa, terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade de forma mais acelerada e mais habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino-Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a controladora tem como principais objetivos:

- Encerrar a sua recuperação judicial;
- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;
- A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas e com a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira, vai permitir que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais auditadas da Companhia e de suas coligadas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“o Grupo Inepar/Iesa vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, substanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

Balanco patrimonial

Exercicio findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10	10
Créditos de impostos	6	13	13
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>23</b>	<b>23</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Partes relacionadas	7	28.910	29.316
Créditos de impostos	6	-	16
<b>Imobilizado</b>	8	1.246	1.452
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>30.156</b>	<b>30.784</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>30.179</b>	<b>30.807</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por  
JAIR MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.04.02 10:29:17  
-03'00'

**JAIR MALPICA**

**Contador**

**CRC: SP-100417/O-6**

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

Balanco patrimonial

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		111	102
Impostos e contribuições a recolher	9	121	81
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>232</b>	<b>183</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Impostos e contribuições a recolher	9	-	28
Impostos diferidos	10	-	91
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>-</b>	<b>119</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>			
Capital social	11.a	56.747	56.747
Prejuízos acumulados		(71.231)	(70.673)
Ajuste de avaliação patrimonial	11.b	44.431	44.431
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>29.947</b>	<b>30.505</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>30.179</b>	<b>30.807</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR  
MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.04.02 10:29:44 -03'00'

**JAIR MALPICA**  
**Contador**  
**CRC: SP-100417/O-6**

**Demonstração de Resultado**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>	<b>(619)</b>	<b>(679)</b>
Administrativas e gerais	(619)	(679)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(619)</b>	<b>(679)</b>
Despesas financeiras	(13)	(13)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda</b>	<b>(632)</b>	<b>(692)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	74	1
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(558)</b>	<b>(691)</b>
Quantidade de ações ao final do período	<u>56.747.352</u>	<u>56.747.352</u>
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações - R\$	<u>(9,83)</u>	<u>(12,18)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR  
MALPICA:66758378  
853

Assinado de forma digital por  
JAIR MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.04.02 10:30:04  
-03'00'

JAIR MALPICA  
Contador  
CRC: SP-100417/O-6

# IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

### Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente
<b>Saldos iniciais em 01 de Janeiro de 2023</b>	<u>56.747</u>	<u>(69.982)</u>	<u>44.844</u>	<u>31.609</u>	<u>(69.982)</u>
Resultado do exercício	-	(691)	-	(691)	(691)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(413)	(413)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<u>56.747</u>	<u>(70.673)</u>	<u>44.431</u>	<u>30.505</u>	<u>(70.673)</u>
Resultado do exercício	-	(558)	-	(558)	(558)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	<u>56.747</u>	<u>(71.231)</u>	<u>44.431</u>	<u>29.947</u>	<u>(71.231)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

*(Em milhares de reais)*

	ITR do Atual 01/10/2024 a 31/12/2024	ITR Acumulado 01/01/2024 a 31/12/2024	ITR do Atual 01/10/2023 a 31/12/2023	ITR Acumulado 01/01/2023 a 31/12/2023
Resultado líquido do período	(166)	(558)	(190)	(691)
Resultado abrangente do período	(166)	(558)	(190)	(691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>(632)</b>	<b>(692)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	206	210
<b>Prejuízo do período ajustado</b>	<b>(426)</b>	<b>(482)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Créditos de impostos	(1)	16
	<b>(1)</b>	<b>16</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	9	(19)
Impostos e contribuições a recolher	12	(2)
Outras contas a pagar	-	(1)
	<b>21</b>	<b>(22)</b>
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(406)</b>	<b>(488)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Operações de mútuos com empresas ligadas	401	483
<b>Caixa consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>401</b>	<b>483</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Operações de mútuos com empresas ligadas	5	5
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Efeito das variações monetárias sobre caixa e equivalentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	10	10
Saldo final do caixa e equivalentes	10	10
<b>Aumento do caixa e equivalentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

**Demonstração do Valor Adicionado**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(339)</b>	<b>(469)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(339)	(469)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(339)</b>	<b>(469)</b>
Depreciação e Amortização	(206)	(210)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(545)</b>	<b>(679)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(545)</b>	<b>(679)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>
Federais	-	(1)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Juros	13	13
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(558)</b>	<b>(691)</b>
Prejuízo do período	(558)	(691)
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>(545)</b>	<b>(679)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A IESA Tecnologia e Transportes S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 23/06/2006 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 350033150. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 08.295.915/0001-83, e sediada na cidade de Araraquara – SP, na Rodovia Manoel de Abreu, KM 4,5, prédio 2 – Zona Rural, Cep-14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer serviços de engenharia em construção de obras especiais através da contratação de projetos e/ou fabricação de equipamentos de bens de capital, máquinas e equipamentos, estruturas de aço e seus agregados, sistemas e serviços para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo de energia elétrica, transporte, transporte metroferroviário e defesa, compensação reativa, movimentação de materiais e outros afins, montagem de equipamentos relacionados aos itens acima, manutenção e fabricação de veículos ferroviários, bem como de suas partes e peças, representação, comercialização, compra e venda de produtos, insumos e serviços relacionados às áreas acima descritas, exportação e importação dos produtos e serviços descritos acima, participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista e administração de bens próprios.

Nesse sentido a Companhia detém tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de recuperação judicial, iniciado em 2014, a Companhia conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que a empresa se apresenta como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**NOTA 1.1 - PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29/08/2014, a IESA Tecnologia, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, protocolou o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

O Grupo Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da IESA no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária do Grupo Inepar/lesa no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento dos Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

O Grupo Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

O Grupo Inepar/lesa mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

**IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J Nº 08.295.915/0001-83

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, no valor de US\$ 153 milhões.

Até o momento encontra-se pendente a conclusão da proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

O Grupo Inepar/lesa, continua empenhado em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar definitivamente a recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão com o BNDES	0,00	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
<b>TOTAL</b>	0,00	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

**NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

**3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.2 Compensações Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**3.3 Conversões em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

**3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

**3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

· Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

### **3.6 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” quando necessária é constituída com base na expectativa de perda esperada, No exercício corrente não temos a constituição de provisão.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. Os custos dos produtos em elaboração, compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.8 Investimentos**

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.9 Imobilizado**

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos quando existentes não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.10 Intangível**

Os ativos intangíveis quando apresentar saldos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### **3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **3.12 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### **3.13 Empréstimos e Financiamentos**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos quando existentes são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.14 Provisões**

As provisões quando necessárias são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

### **3.16 Arrendamentos**

CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **3.17 Benefícios a Empregados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

### **3.18 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

### **3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

### **3.20 Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## **NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTAMENTE E ADOTADOS PELA COMPANHIA**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

**IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J Nº 08.295.915/0001-83

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento;
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

**Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;
- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	10	10
	<b>10</b>	<b>10</b>

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa e de bancos nacionais.

**NOTA 06 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Créditos de ICMS	13	13
	<b>13</b>	<b>13</b>
Circulante	13	13

**NOTA 07 – PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2024 nas demonstrações financeiras.

**IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J Nº 08.295.915/0001-83

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ativo não circulante</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A	33.438	33.839
	<b>33.438</b>	<b>33.839</b>
	<b>Passivo não Circulante</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Inepar S.A. Indústria e Construções	(4.528)	(4.523)
	<b>(4.528)</b>	<b>(4.523)</b>
Saldo líquido entre ativos e passivos	<b>28.910</b>	<b>29.316</b>

O valor de R\$ 4.528 em 2024 e R\$ 4.523 em 2023, refere-se, principalmente aos créditos quirografários transferidos para a controladora Inepar S.A. Indústria e Construções para conversão em ações e ou debêntures perpétuas, conforme Plano de Recuperação Judicial.

**NOTA 08 – IMOBILIZADO**

Controladora	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática Hardware/Software	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>					
Custo	2.527	2	21	1.110	3.660
Depreciação Acumulada	(1.822)	(2)	(21)	(363)	(2.208)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>705</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>747</b>	<b>1.452</b>
Depreciação	(162)	-	-	(44)	(206)
<b>Saldo Final</b>	<b>543</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>703</b>	<b>1.246</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>					
Custo	2.527	2	21	1.110	3.660
Depreciação Acumulada	(1.984)	(2)	(21)	(407)	(2.414)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>543</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>703</b>	<b>1.246</b>

**NOTA 9 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Cofins/Pis a recolher	12	11
Outras Obrigações da PGFN ( a )	109	98
	<b>121</b>	<b>109</b>
Circulante	121	81
Não circulante	-	28

a) Refere-se aos valores de impostos e contribuições inscritos em dívida ativa e que foram parcelados.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**10.1 Impostos Diferidos**

	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>						
Créditos s/Provisões	-	-	-	12	4	16
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	-	-	-	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>16</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>						
Depreciação s/ Revisão Vida Útil	-	-	-	(67)	(24)	(91)
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	-	-	-	<b>(67)</b>	<b>(24)</b>	<b>(91)</b>

a) O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

b) As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

c) Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

**10.2 Despesas com Tributos sobre o Prejuízo**

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>	(632)	(692)
Alíquota Nominal	-34%	-34%
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva</b>		
Adições e Exclusões permanentes	74	1
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	74	1
Imposto Diferido	74	1

a) O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social da sociedade subscrito é de R\$ 56.747 representados por 56.747.352 (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trezentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas, com direito a voto.

**2ª Assembleia Geral Ordinária e 4ª Assembléia Geral Extraordinária de 30/11/2012**

Foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 5.747, com a emissão de 5.747.252 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real).

**5ª Assembléia Geral Extraordinária de 28/03/2013**

Autorizado o aumento de capital no montante de R\$ 50.000, com emissão de 50.000.100 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real).

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora.

O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

**NOTA 12 – RESULTADO POR AÇÃO**

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

**Resultado por Ação**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(558)	(691)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	56.747.352	56.747.352
<b>Total</b>	<u>56.747.352</u>	<u>56.747.352</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>		
Ação ordinária	(9,83)	(12,18)

**IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J Nº 08.295.915/0001-83

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente  
Irajá Galliano de Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

**JAIR MALPICA:66758378853** Assinado de forma digital por JAIR MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.04.02 10:31:03 -03'00'

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial**

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontra em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo no ano de R\$ 558 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 209 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



## Ênfases

### **Coisa Julgada em Matéria Tributária**

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

### **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “07”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2025.

GEORGE

ANGNES:680977

60959

Assinado de forma digital  
por GEORGE

ANGNES:68097760959

Dados: 2025.03.31

14:57:59 -03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR nº 006.472/O-1-S/RJ

GEORGE ANGNES  
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1-S/RJ